

DF 509 (ANC)

Eleitos no histórico pleito de 15 de novembro de 1986, o primeiro em 26 anos de existência do Distrito Federal, os parlamentares que formam a bancada de Brasília tomarão posse, hoje, no plenário da Câmara dos Deputados, quando será oficialmente instalada a Assembléia Nacional Constituinte. São três senadores e oito deputados que, nos próximos meses, ajudarão a fazer e promulgar uma nova Constituição para o país.

O PMDB ficou com a maioria da bancada, elegendo dois senadores e quatro deputados. Em seguida veio o PFL, com três deputados, o PDT, com um senador e o PCB, com um deputado. São senadores pelo DF o radialista Meira Filho (230.350 votos — PMDB), o advogado Maurício Corrêa (197.637 — PDT) e o jornalista Pompeu de Souza (154.257 — PMDB).

Os deputados, por ordem de votação, são os seguintes: Valmir Campello (46.189 — PFL), Maria de Lourdes Abadia (46.016 — PFL), Augusto Carvalho (39.783 — PCB), Geraldo Campos (27.736 — PMDB), Márcia Kubitschek (22.746 — PMDB), Jofran Frejat (22.279 — PFL), Francisco Carneiro (18.367 — PMDB) e Luiz Carlos Sigmaringa (11.476 — PMDB).

Coesa em pontos específicos para Brasília, como a autonomia política em todos os níveis, com eleições em 1988, a participação na Comissão do DF no Senado e a exigência de ser ouvida nas decisões do presidente Sarney em assuntos de interesse da cidade e nas do governo do DF, a bancada de Brasília, no entanto, difere quanto à origem, bandeiras partidárias e postura individual de seus membros.



Augusto, Geraldo Carneiro, Márcia, Valmir, Maria Abadia, Corrêa e Meira: autonomia política é uma das bandeiras de luta

Brasília, enfim, participa

Augusto defende o avanço

Abadia lutará pelo social

«Fazer um conjunto de leis o mais progressista possível». Isso é o que espera da Constituinte o deputado Augusto Carvalho (PCB-DF), 33, considerado por muitos políticos locais como a revelação das eleições de novembro, pelo número expressivo de votos que obteve. Acredita que isso será possível se as «forças democráticas se unirem para tentar pressionar a maioria conservadora».

Formado em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília, ele tem como propostas principais para a Constituinte a suspensão do pagamento da dívida externa, controle da remessa de lucros para o exterior, alteração do perfil da distribuição de renda, reforma bancária — com a estatização do setor — e, principalmente, reforma agrária.

Para o deputado, a reforma agrária é um dos pontos principais para a solução dos problemas do país. Na sua opinião, é necessária a instalação de uma política séria, que não se limite a retalhar os diversos latifúndios improdutivos existentes mas que promova também a aplicação de incentivos e a orientação técnica necessária, para que o camponês não encontre dificuldades em manter o pedaço de terra que conquistou.

Reconhece, no entanto, que não existem possibilidades de se promover reformas profundas no Brasil. «Sou comunista, seguidor da ideologia marxista-leninista, mas nem por isso defenderei idéias inaplicáveis ou que possam prejudicar o processo de transição para o Estado democrático que atravessa o país». Pensa, porém, que toda a política dos parlamentares que seguem a ideologia socialista deve estar voltada para «o estabelecimento gradativo desse sistema».

A clandestinidade em que os partidos comunistas viveram por muitos anos, frisou, os ensinou «que se deve perder a arrogância para fazer valer as idéias». Por este motivo, Augusto não

vê inconveniência em ter que articular com políticos de qualquer partido. «A bancada de Brasília está dando um bom exemplo disso. Nos reunimos, independente de ideologia, para discutir os pontos comuns de nossas propostas».

Brasília

Augusto Carvalho crê na possibilidade de democratizar Brasília. Ressalta que os 11 representantes locais eleitos em novembro deverão estar unidos e coesos para garantir as eleições diretas em todos os níveis. «Somos 11 contra mais de 500 mas encontraremos uma maneira de pressionar e fazer valer as reivindicações da população brasiliense».

Caso a data das eleições para Brasília não fique definida antes do fim dos trabalhos da Constituinte, declarou, «queremos que as leis para Brasília, que atualmente são elaboradas por uma comissão de senadores, sejam aprovadas por seus representantes». Para ele, o mínimo que pode ser alcançado é a participação dos três senadores do DF nesta comissão, «pois não podemos mais suportar que pessoas estranhas à nossa realidade decidam sobre nosso futuro».

Sarney

O mais novo deputado da bancada de Brasília defende um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney e acrescenta que qualquer «tentativa de reduzir ou dilatar esse prazo será prejudicial para o processo».

Augusto ressalta que este processo de transição que atravessa o país «não pode ser atropelado». Explica que a primeira etapa é o estabelecimento do Estado democrático, «que se concretizará com o fim dos trabalhos da Constituinte. Depois disso poderá ser marcada a data das eleições, com um prazo suficiente para a realização de campanhas, que permitirão ao brasileiro escolher um representante legítimo». (Carmem Kozak)

«Não passei por um processo de amadurecimento político, pois sempre exerci funções executivas. Por isso quero aprender, exercitar, ampliar a visão, não quero falar por falar», diz a deputada Maria de Lourdes Abadia, formada em Serviço Social pela UnB que, por 10 anos, foi administradora da Ceilândia, seu principal reduto eleitoral.

Na Constituinte, ela pretende atuar especialmente no campo da política social e defende um texto constitucional sintético, escrito em linguagem simples, após discutido com todos os segmentos da sociedade e com instrumentos para que se cumpra o que está escrito. «É preciso que a nova Constituição tenha por base a realidade brasileira. Sou contra a criação da comissão dos notáveis. Seria uma injustiça, pois todos os eleitos têm direito a participar da elaboração da Constituição», argumentou.

Para Abadia, o ideal seria distribuir os parlamentares em comissões por assunto, de acordo com a competência de cada um, e explica: «Eu, por exemplo, reconheço que não poderia contribuir em nada numa comissão de informática. Em compensação, teria a dizer numa comissão que discutisse a questão social».

Brasília

Como deputada por Brasília, sua primeira proposta é uma emenda constitucional tornando mista a Comissão do DF, hoje composta só por senadores. «Hoje, essa comissão funciona com 11 membros, exatamente o número da bancada de Brasília. Ao torná-la mista, poderíamos, nós, representantes do DF, assumi-la integralmente, inclusive para criar o poder legislativo local, desejo comum a toda a bancada», explicou.

Coesa com o restante dos parlamentares do DF sobre a questão da autonomia política em todos os níveis, com eleições já em 1988, uma das principais preocupações de Maria de Lourdes é com a questão social: «É preciso definir uma política social específica para o DF, levando em consideração seu crescimento desordenado e imenso

fluxo migratório».

Segundo a deputada, será necessário redefinir a política geo-econômica, incluindo cidades como Novo Gama, Pedregal, Valparaíso, Santo Antônio do Descoberto, que hoje são consideradas fora do DF, quando, na verdade, as suas populações trabalham e utilizam-se dos equipamentos estruturais do DF. Ela sabe que isso é parte da administração do GDF e, por isso, une-se ao resto da bancada para exigir participação nas decisões do governo local.

Mulher

Primeira administradora mulher da história de Brasília, Abadia disse ser preciso ter cuidado para que a bancada feminina da Câmara dos Deputados (hoje são 26 mulheres) não se torne um ornamento da Constituinte. «Mais cuidado ainda é preciso, para que não criemos um Clube da Luluzinha. Aqui dentro somos iguais. Não podemos aceitar concessões ou privilégios, para não sermos marginalizadas do processo político», acrescentou.

Ela prometeu lutar pela creche para mulheres trabalhadoras, pelo direito a salários iguais e pelo fim da violência e discriminação da mulher. Citou ainda a instalação da Delegacia da Mulher no DF (em fase final de construção).

Integrante do Partido da Frente Liberal, a deputada revelou algumas divergências com o diretório regional de Brasília, mas disse estar surpresa com o partido a nível de bancada nacional: «Para mim foi uma grata surpresa ver os parlamentares pressionando uma nova postura e questionando a identidade do partido. Acho que se o PFL é um partido de centro, ele tem que assumir isso e partir para ocupar o seu espaço, ou estará fadado a desaparecer, ou pior, ser o quebra-luz do PMDB».

Para ela uma ideologia liberal é a ideal para o PFL e vê o seu afastamento do governo e do PMDB como uma coisa inevitável: «O partido não tem tido o mesmo tratamento dado pelo governo ao PMDB. É preciso então tomar o seu próprio caminho.» (Bilau Pereira)